



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

Ano II - Nº 06 - Março de 2023

POLÍTICA OPERÁRIA

À Plenária Nacional da FASUBRA

Sem luta, não há negociação real! Recompôr as forças do movimento e organizar a luta pela reposição integral das perdas salariais!

Já são duas reuniões (03 e 07 de março) canceladas pelo governo. A última reunião, no dia 28 de fevereiro, sequer teve formato de mesa de negociação, ocorrendo em um auditório com a presença de outras entidades que não representam o funcionalismo.

O governo propõe 7,8% no vencimento, e 43% no auxílio-alimentação (que não inclui os aposentados), argumentando haver um limite de R\$ 11,2 bilhões disponíveis no orçamento. No entanto, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, o valor total do orçamento previsto para o reajuste do funcionalismo (R\$ 14,95 bi) representa apenas 0,58% do valor previsto para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal neste ano.

A proposta do governo nem de longe repõe as perdas acumuladas, que já somam cerca de 60% desde 2010. Sem a mobilização efetiva da categoria, não há pressão sobre o governo, que se sente à vontade para postergar a negociação. As direções sindicais, por outro lado, já tendem a abandonar a reivindicação dos 27% para 13,5%, em uma clara capitulação diante das imposições do novo governo.

Uma breve retrospectiva do ano passado

Após três anos de governo Bolsonaro sem nenhuma campanha salarial, no início de 2022, diante da promessa do governo de reajuste para os policiais federais, as entidades do FONASEFE se reuniram e protocolaram uma pauta unificada reivindicando reajuste de 19,9%, bem como foi marcada a data para a deflagração da greve unificada dos servidores públicos federais, que seria em 23 de março. No entanto, em cima da hora, as direções entidades (FASUBRA, ANDES, SINASEFE, etc.) cancelaram a greve unificada.

A FENASPS (servidores do INSS), que já havia preparado suas bases para o confronto com o governo Bolsonaro, entraram em greve. Na ocasião, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) fez a defesa de

que a FASUBRA, SINASEFE e ANDES deveriam entrar em greve pela pauta dos 19,9%, e unificar com a greve da FENASPS. No entanto, as direções nacionais trabalharam por manter a política de passividade, limitando-se a realizar alguns atos por delegações em Brasília. Alguns sindicatos locais, apesar da FASUBRA, chegaram a entrar em greve, expressando uma tendência de luta que existia na base. Tardiamente, o SINASEFE deflagrou a greve, no entanto apenas uma minoria das suas seções paralisou as atividades.

A valorosa greve dos servidores do INSS (FENASPS), isolada, não foi capaz de impor ao governo Bolsonaro o reajuste, o qual se viu com as mãos livres para manobrar e manter a sua política de arrocho salarial até o final do seu mandato. O que, sem dúvida, está servindo agora ao governo Lula, que se nega a repor as perdas salariais.

Romper a política de passividade!

Já está mais do que na hora de romper com a política de passividade das direções sindicais, que vem se desenrolando desde os quatro anos do governo Bolsonaro até agora, com o governo de frente ampla de Lula/Alckmin.

É preciso rejeitar a proposta rebaixada do governo de 7,8%, e pôr na mesa de negociação a discussão sobre a reposição integral das perdas salariais. O governo deve reconhecer as perdas acumuladas do funcionalismo, de cerca de 60%, e apresentar uma proposta de reposição salarial.

É preciso recompôr as forças do movimento. Que esta Plenária Nacional aprove um calendário de mobilizações nas universidades, e uma proposta de paralisação nacional unificada de todo o funcionalismo federal na próxima semana, a ser apresentada para as demais entidades do FONASEFE, como um primeiro passo para a retomada da campanha salarial! ■

Que as Centrais Sindicais organizem uma luta nacional por empregos a todos, salário mínimo vital e revogação das contrarreformas!

A política de arrocho que o governo Lula realiza contra o funcionalismo federal é parte de uma política geral de manutenção dos baixos salários e retirada de direitos históricos, enquanto mantém os interesses dos banqueiros e patrões intactos.

O salário mínimo permanece nos R\$1302,00, e aumentará apenas 18 reais em maio, para R\$1320,00. Enquanto que, segundo o DIEESE, o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 6.641,58.

Permanecem vigentes as malditas reformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização, bem como a reforma de ensino médio.

Além disso, o governo de frente ampla de Lula/Alckmin herda um conjunto de medidas bolsonaristas que atacam direitos dos servidores e precarizam o serviço público federal, mas que, até agora, nenhuma medida foi revogada. São exemplos: o Decreto

10.620/2021, que determina a centralização pelo INSS da concessão e manutenção de aposentadorias e pensões; a Instrução Normativa 54/2021, que orienta o desconto imediato da remuneração do servidor que entrar em greve. A política do novo governo, nesse sentido, é de continuísmo em relação a imposta por Temer e Bolsonaro.

A Plenária da FASUBRA deve propor às Centrais Sindicais a organização de uma luta nacional, a partir da construção de uma pauta de reivindicações unificada, que inclua: 1) Por um salário mínimo vital, que atenda às necessidades de uma família trabalhadora; 2) emprego a todos; 3) revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária, lei da terceirização, Teto de Gastos e da reforma de ensino médio; 4) revogação imediata dos decretos, portarias e INs que destroem direitos do funcionalismo e precarizam os serviços públicos! ■

Abaixo o Programa de Gestão e Desempenho (PGD)!

No dia 18 de maio de 2022, o governo federal publicou o Decreto nº 11.072/2022, que institui o “Programa de Gestão e Desempenho”. Por meio desse programa, os órgãos federais poderão implementar um controle de frequência por “entregas”, sendo dispensado o controle de assiduidade. Dessa forma, os servidores deixariam de assinar a folha de ponto (ou de bater o ponto eletrônico), e passariam a registrar sua frequência a partir do cumprimento das metas. Trata-se, na prática, da destruição do direito histórico da jornada de trabalho, substituindo-a por um tipo de trabalho por produção. O decreto prevê que esse regime de trabalho pode ser implementado inclusive no trabalho presencial, e em caráter obrigatório!

O “Programa de Gestão e Desempenho” prevê uma tabela de atividades, com uma estimativa de tempo de execução de cada tarefa, o que pressionará os servidores a intensificarem o ritmo do trabalho, para realizar a tarefa dentro do tempo previsto. A tendência é que as metas se tornem cada vez maiores, à medida que aumente a quantidade de tarefas, levando os servidores à exaustão. Com o fim da jornada de trabalho, não haverá mais nenhum limite para a exploração do trabalho dos servidores.

A implementação do PGD no setor de trabalho é a precondição para que os servidores possam aderir ao teletrabalho. Esta tem sido a grande armadilha que tem levado uma parte dos servidores a aceitarem o PGD. Há uma grande ilusão nesta parcela dos servidores de que o teletrabalho trará melhorias nas suas con-

dições de vida.

Com o teletrabalho, são inúmeros os retrocessos: 1) acaba-se com a separação da vida pessoal e da profissional; 2) a precarização será ainda maior para a mulher trabalhadora, que arca com o peso das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças, idosos e doentes; 3) os servidores terão que arcar com os custos da compra e manutenção de equipamentos necessários ao trabalho e à ergonomia; 4) o Estado se desresponsabilizará cada vez mais com a compra de novos equipamentos e manutenção dos locais de trabalho, aprofundando o sucateamento das universidades; 5) facilitará o fechamento de salas e a centralização da estrutura administrativa da universidade (a exemplo da unificação das secretarias de um mesmo Centro), concentrando muitas tarefas em um número cada vez menor de servidores; 6) facilitará a remoção e redistribuição arbitrária dos servidores entre setores e órgãos; 7) se agravarão os casos de assédio; 8) enfraquecerá a organização coletiva dos servidores no local de trabalho.

Está mais do que claro os prejuízos à nossa categoria com a implementação desse nefasto regime de trabalho. É preciso que a vanguarda assuma a tarefa de conscientizar as bases sobre os riscos que estão por trás desse Programa.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) defende que a Plenária Nacional da FASUBRA deve aprovar uma posição contrária ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), e pela revogação imediata do Decreto nº 11.072/2022! ■

**UM ANO DE
GUERRA NA
UCRÂNIA**

O Partido Operário Revolucionário tem feito uma campanha internacionalista pelo fim da guerra, que só serve aos interesses das potências. A decisão da ONU sobre a continuidade da guerra foi ditada pelos Estados Unidos e pelos seus aliados europeus. Eis por que foi rejeitada qualquer medida que viesse no sentido de negociação de um acordo de paz. A continuidade da guerra na Ucrânia está se transformando em uma grande conflagração mundial.

A Plenária da FASUBRA deve aprovar a bandeira de fim da guerra, por uma paz sem os ditames do imperialismo norte-americano e aliados, e sem anexação. Deve aprovar um chamado aos demais sindicatos e às centrais sindicais para a luta unificada sob a direção da classe operária, única força social que, unida e em luta, pode acabar com a guerra de dominação.